

MECANISMO DE COMBATE AO RACISMO E ENFRENTAMENTOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL: VIVÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Raynid de Santana Gama

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Marina Carvalho dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Tarcio Guerra Nascimento

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Resumo: O presente artigo é resultado de uma investigação que objetivou desvelar como se tem dado os mecanismos de combate ao racismo e enfrentamento no contexto educacional. A observação contida faz parte da atividade solicitada na disciplina Diversidade Cultural e Educação atrelada ao período de estágio curricular obrigatório I do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. A investigação ambientaliza a breve análise em uma escola municipal de Itabuna-BA e busca evidenciar como ocorre a celebração do Dia do Índio na escola, associado ao embasamento teórico visto até então nas aulas, como Munanga (2005) e Caldeira e Zaidan (2013). Conclui-se que quando a discussão do conhecimento parte da dialogicidade, exerce cidadania e agrega valor multicultural em toda sociedade: a expressão dos seus valores, crenças e história, o desenvolver da criticidade permite que o indivíduo se sinta cômico de seu papel social. Assim, para que ocorra um efetivo compromisso com a educação é necessário à existência pertinente do diálogo, de práticas reflexivas, de promoção a conhecimentos significativos para que os alunos se sintam pertencentes aos processos educativos e pertencentes às mudanças que podem ocorrer na sociedade. Dentro dessa perspectiva, ressaltamos a importância do estágio supervisionado na formação de professores, já que questões tão relevantes quanto a relações inter-étnicas, são constantes na realidade de sala de aula.

Palavras chave: Diversidade; Educação; Práxis pedagógica.

Introdução

A defesa por parte de um grupo de indivíduos historicamente submetidos a processos de exclusão por sua condição de pertencimento que difere dos padrões: ocidental, branco, letrado, masculino, heterossexual e cristão, relaciona-se diretamente com a Educação, uma vez que, busca a reflexão sobre a necessidade de redefinir conceitos como cidadania e democracia, além de questionar os conhecimentos produzidos e expostos nas instituições escolares.

Na América Latina e, particularmente, no Brasil a questão multicultural apresenta uma configuração própria uma vez que nosso continente é construído com uma base cultural bem diversificada, onde as relações Inter-étnicas são constantes em toda sua história. Neste sentido, a práxis pedagógica é de extrema importância para o contexto educacional, visto que o docente munido do sentido da palavra se abastece de empoderamento para lidar com situações que envolvam o preconceito objetivando transformar a realidade imposta.

É necessário compreender que situações racistas não serão superadas magicamente e que o professor não dispõe de uma solução instantânea para fazer com que tal fato seja erradicado, no entanto, sabendo do papel que cabe ao profissional de educação em evidência, espera-se que ele tenha acesso aos instrumentos necessários para saber lidar com essas situações corriqueiras em sala de aula, para que assim, a escola não seja um instrumento de reprodução de preconceitos, mas sim, espaço de promoção e valorização da diversidade que enriquecem a sociedade brasileira. Ainda assim, é bastante expressivos os casos de pessoas que possuem uma concepção equivocada quanto à importância da teoria para a eficácia plena da prática.

A prática pode parecer mais envolvente, o que é válido enaltecer, no entanto, é que para termos bases para justificar nossos atos e até mesmo para compreender o porquê determinadas situações acontecem e saber meios válidos para lidar com os acontecimentos é indispensável que se tenha um arcabouço teórico. Assim, Caldeira e Zaidan afirmam que:

A prática pedagógica se constrói no cotidiano da ação docente e nela estão presentes, simultaneamente, ações práticas mecânicas e repetitivas, necessárias ao desenvolvimento do trabalho do professor e à sua sobrevivência nesse espaço, assim como, ações práticas criativas, inventadas no enfrentamento dos desafios de seu trabalho cotidiano. (2013 p. 128)

Nesse sentido, as ações necessárias ao desenvolvimento do trabalho do professor são permeadas de vários desafios existentes na prática pedagógica dentro da escola. Dessa forma, o professor precisa sempre se atualizar e ir atrás de conhecimentos para compreender e tentar resolver da melhor maneira esses empasses. E são justamente esses problemas envolvendo as questões étnico raciais, que engloba toda a sociedade, que necessitam de sujeitos que saibam refletir dentro do campo teórico e prático, a fim de materializar suas percepções.

A práxis não pode ser isolada, ou seja, não se pode pensar na teoria isolada da prática e nem vice-versa. Logo, mesmo que a teoria transforme concepções, ela sozinha não move a prática, é fundamental a ação que vise à transformação do que está posto. Sendo assim, Oliveira fala que

No campo educacional, as relações étnico-raciais e as práticas pedagógicas se apresentam de modo indissociável. Existem muitas semelhanças no desenrolar destas práticas sociais: ambas se fundamentam no poder e se desenvolvem no confronto entre os sujeitos, influenciando-os emocional e intelectualmente. (2012, p.19).

O ato de educar não é neutro. Não se pode pensar em neutralidade do ensino, nem neutralidade dos livros didáticos, dos posicionamentos políticos e afins. Mesmo que a atitude do professor seja a de não se posicionar frente a situações de racismo entre seus alunos, ele já está a serviço de uma ideologia que paira sobre nós, que precisa ser repensada a fim de compreender a importância de enfrentar os obstáculos que estão presentes, quando se pensa mesmo que utopicamente na superação do racismo.

Compreendemos que quando a discussão do conhecimento parte da dialogicidade, exerce cidadania e agrega valor multicultural em toda sociedade: a expressão dos seus valores, crenças e história, o desenvolver da criticidade permite que o indivíduo se sinta cômico de seu papel social. Assim, para que ocorra um efetivo compromisso com a educação é necessário à existência pertinente do diálogo, de práticas reflexivas, de promoção a conhecimentos significativos para que os alunos se sintam pertencentes ao processo educativo e pertencentes às mudanças que podem ocorrer na sociedade.

Vivência de Estágio X arcabouço teórico

O Estágio Supervisionado visa fortalecer a relação teoria e prática baseado no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional (BARRETO, 2006).

Dessa forma, a observação contida nesse trabalho faz parte da atividade solicitada na disciplina Diversidade Cultural e Educação atrelada ao período de estágio curricular obrigatório I do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. A

observação se deu entre os dias 16 a 20 de abril de 2018 no Centro de Atenção a Criança Jorge Amado-CAIC da rede Municipal de Itabuna-Bahia e teve como objetivo conhecer o contexto da creche como um todo mantendo o olhar de forma mais específica voltado para a celebração do Dia do Índio em uma turma de 15 crianças com 3 anos de idade.

Foi requerido que o relato da celebração do Dia do Índio na escola estivesse associado as discussões feitas em sala de aula e ao embasamento teórico visto até então. Assim, ao chegarmos na escola no dia 19 de abril não verificamos nada de característico ou que remetesse ao festivo estabelecido para aquela data. Dentro da sala de aula não foi diferente, aparentemente nada indicava que seria trabalhado o Dia do Índio com os pequenos. Após o recreio da tarde, a professora então começou a falar sobre a cultura indígena e passou um vídeo musical, na televisão da sala, que abordava o assunto. Após o vídeo, a professora fez a pintura e colocou um cocar em cada aluno, afirmando ser este adereço característico do povo indígena.

Sua fala continuou, e com um cartaz que a mesma usa todo os anos nesta data, trabalhou os conceitos, as palavras e costumes indígenas que usamos no nosso dia a dia. Por fim, todos fizeram uma roda e começaram a cantar e dançar a música do Índio, que foi ensaiada por eles pela manhã. Passado esse dia, ainda na mesma semana, ocorreu o planejamento dos professores e as atividades desenvolvidas no Dia do Índio foram pauta da reunião.

A coordenadora pedagógica afirmou que sentiu falta de um momento cultural preparado para atender aos festivos daquela data, pois, o costume é preparar atividades com as crianças em sala para que depois haja uma culminância no pátio da instituição, um momento de festa e troca cultural entre todos da escola. Iniciou-se nesse momento uma grande discussão onde parte das professoras acusaram duas colegas de não terem preparado este momento, que teria ficado sob-responsabilidade delas. As “organizadoras” deste momento, se defenderam afirmando que prepararam o momento cultural apenas para as suas turmas e que não pensaram em expor no pátio por acharem desnecessário, seguindo com isso, uma longa discussão.

Neste sentido, relacionamos esse episódio ao posicionamento de Moreira Candau (2008) onde afirma que não é possível conceber uma experiência pedagógica desvinculada totalmente, das questões culturais da sociedade. A relação intrínseca entre educação e

cultura fica evidente na discussão travada pelo corpo docente e coordenação pedagógica na reunião de planejamento onde é fato que alguns queriam dar uma dimensão maior a aquela data comemorativa, entretanto as ideias que eram expostas eram de atividades vagas, que não tinham fundamentação teórica que lhes dessem sustento.

Ou seja, se queria que as crianças dançassem e cantassem músicas indígenas, que houvesse degustação de comidas tipicamente indígenas, se idealizou uma comemoração com fantasias, crianças pintadas, música e atividades culturais. No entanto, não foi pensado em discutir com as crianças e a comunidade que os índios contemporâneos não vivem mais como em 1500, ano em que os portugueses invadiram o Brasil. As poucas histórias que vimos serem contadas descrevem a figura do índio narrada pelo colonizador, como podemos citar trecho da música trabalhada na sala em que acontece o estágio: “quem é que dorme na rede...”.

Por meio desse relato e com base no que vimos durante as nossas aulas na disciplina Diversidade Cultural e Educação, podemos perceber o quanto que combater o estereótipos pensando na prática pedagógica engloba entender os sujeitos que são responsáveis pelas crianças no espaço educacional e de que forma eles são construídos socialmente: entendemos que não se pode falar em continuidade de combate ao racismo sem antes questionar se de fato acontece uma educação antirracista nos primeiros anos da vida escolar. Educar na perspectiva de romper com as mazelas e raízes racistas é antes de tudo um processo de enfrentamento, enfrentamento ao estado e sua estrutura, a construção de currículos excludentes e de condutas docentes que destoam de uma educação voltada para as relações étnico-raciais e antirracistas, GOMES (2004).

Pensar e materializar uma ação que vislumbre a erradicação das práticas racistas, parte principalmente da inquietação e da singularidade de cada um, a coletividade ganha papel fundante somente quando o docente entender que as ações devem estar munidas de uma construção identitária que rompa com as ideias eurocêntricas incutidas no currículo e na construção institucional do espaço escolar.

Como vimos nas aulas de Diversidade Cultural e Educação, algumas parcelas da sociedade brasileira vêm tomando consciência ao longo das duas últimas décadas com maior criticidade sobre a temática em evidência. Junto a isso, as universidades através do enfrentamento, estão cada vez mais incluindo nos seus currículos disciplinas que auxiliam

na formação de professores críticos que compreendam e saibam lidar com situações de racismo no espaço escolar.

No entanto, esses avanços não acontecem de forma plena, e não alcançam o número de pessoas que deveriam, uma vez que, ainda existem práticas preconceituosas na sociedade, nas universidades e nas escolas. Sob a ótica dos professores – sujeitos ativos no processo de transformação da sociedade – temos a necessidade de tomadas de atitude que ressignifiquem as situações fazendo com que, elas se tornem momentos de aprendizagem.

Para isso, precisamos que os docentes tenham uma formação crítica e humana e para além disto, entendam a importância de assumir uma construção identitária partindo prioritariamente da sua autoconstrução enquanto sujeito colaborador, construtor e consumidor de cultura, buscando sempre conhecimentos e a que os levem a compreender que as situações de aprendizagem envolvem uma troca mútua com os sujeitos presentes no processo educacional. Nessa perspectiva, infere-se que dentro dos espaços escolares existem docentes que compactuam consciente ou inconscientemente com o discurso que a classe dominante dispõe para a sociedade brasileira. Como aponta Martins

Localizado no sul epistemológico, o Brasil caminha a pequenos passos para a superação das desigualdades raciais e sociais no qual foi fundado. O racismo científico que baseou o mito da democracia racial é colocado em xeque a partir da atuação do movimento negro que contribui para o avanço da população negra, até então vítima de três aspectos de extermínio: o genocídio da escravidão (que perdura até hoje), o etnocídio e o epistemicídio. (2018, p.22)

Tais problemas são sem dúvida frutos da democracia racial que propõe um discurso em que coloca o Brasil como uma nação não racista. Porém é sabido pela própria história da construção da sociedade brasileira as dívidas históricas e sociais que temos que acarreta a necessidade de leis, políticas públicas e tomadas de atitude junto ao movimento negro que luta pela equidade de direitos e que vislumbre uma superação do racismo não só nas escolas, mas na sociedade como um todo.

Assim, transformações são esperadas, tanto por parte das instituições superiores que precisam rever seus currículos, analisando se estão realmente promovendo um ensino para as relações étnico-raciais, mudanças na ótica escolar que ocasione na formação de uma população negra mais ciente da sua importância para a construção do Brasil que temos hoje. Munanga nos relata que

Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (2005 p.17)

Nesse sentido, vislumbrar uma sociedade que valorize suas diversidades e pluralidades, embora não seja papel só da escola, aparece como uma instituição importante no processo de superação da quebra de estereótipos. Apesar disso, é válido ressaltar que não dispomos de fórmulas certas e duradouras para combate ao racismo e aos males que ele vem causando.

Pode parecer uma iniciativa insignificante pensar em tomada de consciências, mas não é. As próprias universidades buscam em sentido mais amplo fazer com que seus alunos percebam que apesar de disporem de um espaço universitário e de conhecimentos em maior amplitude que muitas pessoas, isso não os exime de praticarem preconceitos com as pessoas. Desse modo, é válido que se tenha sempre um olhar crítico para o cenário educacional existente entre alunos com alunos, professores com alunos, e funcionários com funcionários e/ou alunos. Por meio desse olhar, permitirá que os docentes munidos das suas convicções, exerçam as práticas necessárias para transformações vindouras.

Um dos vivos desafios existentes no contexto educacional são os materiais didáticos dispostos às escolas: muitas vezes não trazem personagens importantes para diversos momentos da construção do Brasil que temos hoje, assim, trazem apenas situações importantes sob a ótica dos opressores e não dos oprimidos. Nesse cenário, os oprimidos são os negros, os índios, as mulheres, os pobres que foram e ainda são em diversos momentos desassistidos pelo poder público.

Fator somativo a essa realidade é que em diversos momentos, os discursos dos professores que seguem fielmente os livros e ensinam sem mencionar outras perspectivas, e/ou sem utilizar a crítica, auxiliam na propagação ou no mínimo, na perpetuação do racismo dentro da escola e conseqüentemente na sociedade. Acreditamos que isso deve ser abordado e incluído nos currículos para que se possa identificar o preconceito, e busque a sua resolução, ainda assim, entendemos que tão somente a inclusão da discussão no currículo não garante a efetividade de uma ação antirracista.

Há em síntese inúmeros fatores que delinea a ação docente, entre elas a formação familiar, a construção social além da acadêmica. Neste contexto, o incomoda sair da sua zona de conforto – da tentativa de neutralidade - e cria uma barreira que impossibilita uma ação docente que rompa com as práticas racistas que consciente ou inconscientemente estão presentes em sua práxis.

Vislumbrando a ruptura com as práticas discriminatórias no cenário escolar, precisa-se pensar na valorização do eu e do outro. Nessa perspectiva, no ato de ensinar o professor deve enaltecer a valorização de diversos povos e culturas sob uma vertente crítica. Fazendo com que se perceba que mesmo possuindo características fenotípicas diferentes somos iguais no âmbito de sujeitos de direitos dignos de respeito e educação equitativa de qualidade. Para isso MUNANGA afirma que

O esforço a ser desenvolvido, a partir desta proposta que aqui fazemos, deve extrapolar as fronteiras da sala de aula, derramar-se por sobre a escola e atingir a comunidade em torno dela, permitindo a todos os envolvidos novos comportamentos compatíveis com a conquista da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática. (2005.p 187)

Nessa concepção todos – não só o setor educacional – deve possuir compromisso de promover uma nação igualitária, livre de preconceitos, estereótipos e que vise uma democracia efetiva com sujeitos livres do racismo, visto que, MUNANGA (2005) relata que o racismo se torna o pior ato de discriminação, pois o discriminado não pode alterar as suas características.

É necessário que se compreenda que muitos professores não sabem como lidar com as situações que envolvam racismo ainda que, entenda-se que o professor seja um eterno pesquisador e sua formação acadêmica por si só não é a única responsável pela formação do sujeito. A partir disso, torna-se imprescindível conceituar os termos até então mencionados com tanta veemência. MUNANGA nos esclarece que

Preconceito racial é ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação à outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória; discriminação racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas. (2005 p.180)

Nessa ótica, surge uma dualidade a visão do discriminador que se empodera em um viés negativo, desvalorizando o outro e a perspectiva do discriminado que se sente inferiorizado, menosprezado o que afeta sua vida como um todo. Na vertente escolar isso

pode até ocasionar na baixa autoestima do alunado negro e posteriormente na evasão escolar.

Para garantir a expressão das diferentes identidades culturais presentes num determinado contexto, é necessário garantir espaços próprios e específicos em que estas possam se expressar com liberdade e como um contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente cada cultura tem suas raízes, mas estas são históricas e dinâmicas ao mesmo tempo.

A universidade enquanto espaço de formação docente deve estar preparado para exercer uma formação que esteja em consonância com a quebra de tais práticas, o grande desafio estar em fazer com que este espaço de formação também desconstrua sua estrutura colonizadora, visto que a universalização da educação permite que sujeitos invisibilizados ocupem os espaços educacionais que em outrora os foram negados tanto na educação básica quanto no ensino superior. Para Gomes

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. (2012, p.99).

Desse modo, enalteçemos a importância que as instituições de ensino superior têm na transformação da sociedade, visto que, são elas que formam os profissionais da educação. Paulatinamente a isso, temos todos os profissionais presentes na escola dentre eles os professores, ao qual destacamos maior evidência, ao entendermos a importância da formação que reflete diretamente no espaço escolar com ausência ou não de práticas descolonizadoras, no qual poderemos iniciar um processo de enfrentamento.

Considerações finais

O Estágio Obrigatório I é de suma importância no curso de Licenciatura em pedagogia, pois é através dele que vivenciamos na prática as questões teóricas vistas em sala de aula. Também é o momento no qual aperfeiçoamos nossos saberes, bem como completamos as didáticas estudadas na universidade. Além disso o estágio nos ajuda a compreendermos melhor a profissão a qual escolhemos, uma vez que permite o contato

com problemas que serão enfrentados e responsabilidades que teremos perante os alunos, escola e comunidade posteriormente. O estágio supervisionado é sem via das dúvidas a ferramenta ideal para o início da operação a ser realizada pelo profissional aprendiz de um curso, ou seja, o aluno estagiário que será um futuro professor.

Dados fatos emergentes em sala de aula, como é o caso das relações etnos raciais, ao analisarmos o dia do Índio na instituição em que fazemos estágio podemos afirmar que as atividades propostas evidenciam o etnocentrismo e os estereótipos criados pelos grupos sociais dominantes, silenciadores de outras visões de mundo, além de trabalhar com atividades que não geram aprendizagem alguma. Diante disso, nós enquanto futuras profissionais da Educação, ao nos debruçarmos com as diferentes temáticas e datas festivas específicas, precisamos de um olhar crítico para a história, fazendo conexões com os alunos entre o presente e o passado, levando-o a oportunidade de conhecer uma realidade que até então não conhecia: debater sobre a nossa própria formação histórica, perguntar sobre como nós construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciamos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica.

Ao trabalharmos o Dia do Índio de forma consciente e crítica, precisamos desmistificar o índio como sendo aquela figura do século XIV ilustrado nos livros didáticos, que estar sempre nu ou pintado. A nossa proposta deve ser executar um trabalho de forma a deixar evidente que a cultura indígena faz parte da essência da pessoa e que o indígena vive na mesma sociedade que as demais etnias, por sua vez, desfruta dos mesmos direitos e até mesmo costumes.

Assim, concluímos que a troca de conhecimentos, experiências e olhares enriquece social e culturalmente o indivíduo que ao mesmo tempo se transforma e sente-se empoderado ao expor o seu conhecimento de mundo. A expressão dos seus valores, crenças e história, o desenvolver da criticidade permite que o indivíduo se sinta cômico de seu papel social quando a discussão do conhecimento parte da dialogicidade, exerce cidadania e agrega valor multicultural em toda sociedade.

Referências

BARRETO, C. S. *Relatório do Estágio Supervisionado I. Relatório de Estágio apresentado ao Curso de Licenciatura em Matemática como parte da exigência da disciplina Estágio Supervisionado I*. Vitória da Conquista – BA, 2006. disponível em: <<https://docplayer.com.br/2580986-Relatorio-do-estagio-supervisionado-i.html>> Acesso em: jan. 2019.

GOMES, N. L. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012 Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>> Acesso em: jan. 2019.

GOMES, N. L. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62

MARTINS, V.S. *O lugar das ações afirmativas na universidade: um estudo de caso na UESC*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus- Bahia, 2018.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. (orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUNANGA, K, (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília. 2005.

OLIVEIRA, R. de; SOUZA, F.A. *Educação e relações étnico-raciais*. Editus, m.4, v.7, p.123 2012.

SOBRE O (A/S) AUTOR (A/S)

Raynid de Santana Gama

Discente do curso de Pedagogia-UESC, E-mail: raynidgama2@gmail.com

Marina Carvalho dos Santos

Discente do curso de Pedagogia-UESC; Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPeGE; Bolsista de Iniciação Científica/CNPq. E-mail: carvalhomarina25@gmail.com

Tarcio Guerra Nascimento

Discente do curso de Pedagogia-UESC, Bolsista de Iniciação Científica/CNPq - AF. E-mail: tarcioguerra@gmail.com